

EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

(...) As palavras pouco significam. O que se objetiva com isto é fazer com que a lei constitucional não seja alterável ao sopro da primeira impressão, do primeiro tumulto, da primeira crise. Exatamente ela precisa ser provada. E é ao sabor das crises, dos grandes problemas, das grandes tormentas que a lei constitucional como que adquire a sua vitalidade, é como que adquire a sua assimilação, é como se dá efetivamente. Se cada movimento, a cada dificuldade, a cada crise a Constituição é mudada, meus Deus, então fica uma Constituição muito frágil, muito ao sabor das circunstâncias. Passada a crise, aí é que é o momento próprio para a discussão, para o acerto, a correção, com a verificação do desajuste possível, hipotético, entre o estabelecido e o real.(...) (Ministro Dr. Paulo Brossard em audiência pública do dia 05/05/1987 na Subcomissão de garantia da constituição, reformas e emendas da Assembleia Nacional Constituinte, na discussão do atual §1º do art. 60 da C.F.).

ARNALDO FARIA DE SÁ, brasileiro, separado, Deputado Federal, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 219.114.528-00, portador da carteira de identidade nº 2.907.631 SSP/SP, com domicílio na Avenida Engenheiro Corbisier, 1.127 – Jabaquara/SP, CEP: 04.345-001, e-mail: deputadoarnaldo@hotmail.com, telefone: (11) 5015-0500, **PAULO RENATO PAIM**, brasileiro, casado, senador, portador do RG nº 2.587.611 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 110.629.750-49, residente e domiciliado na ALAMEDA DAS TULIPAS, Nº 08, CASA 08 – CONDOMINIO RESIDENCIAL SANTA MONICA – SANTA MARIA/DF, CEP: 72.596-774, e-mail: paulopaim@senador.leg.br, telefone: (61) 3302-5232, vêm, respeitosamente, à presença da Suprema Corte Constitucional, com fundamento no Art. 5º, inciso LXIX, Art. 60, §1º e Art. 102, inciso I, alínea “d” todos da Constituição Federal e na Lei 12.016/2009, em razão do justo receio de sofrer violação de direito líquido e certo atinente ao processo legislativo de emendas constitucionais por parte das autoras coatoras a seguir apontadas, apresentar:

**MANDADO DE SEGURANÇA
PARA PREVENÇÃO DE GRAVE DETURPAÇÃO DE PRECEITO CONSTITUCIONAL
com pedido liminar**

Contra os atos do Sr. **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA** (art. 6º, §1º da Lei 4.717/65), representante da **União Federal** e da **Presidência da República**; do Sr. **RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA**, presidente da **Câmara dos Deputados**; e do Sr. **EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA**, presidente do **Senado Federal** e do **Congresso Nacional**, que, por declarações oficiais, são os autores do justo receio de dano irreparável ao direito líquido e certo aqui vindicado, cuja defesa será realizada pela Procuradoria Geral das respectivas casas Legislativas e pela Advocacia Geral da União.

I. DA LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA E DA ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1. Sem maiores digressões sobre o tema, é entendimento pacífico da E. Corte Suprema (MS 24.642 e 24.667) que o parlamentar é o único legítimo para interpor Mandado de Segurança para coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo, conforme transcrito nas ementas abaixo colacionadas:

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DE PROJETO DE LEI. INVIABILIDADE. 1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é “a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (MS 24.667, Pleno, Min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04)

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO: CONTROLE JUDICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. I. - O parlamentar tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de leis e emendas constitucionais que não se compatibilizam com o processo legislativo constitucional. Legitimidade ativa do parlamentar, apenas. II. - Precedentes do STF: MS 20.257/DF, Ministro Moreira Alves (leading case), RTJ 99/1031; MS 21.642/DF, Ministro Celso de Mello, RDA 191/200; MS 21.303-AgR/DF, Ministro Octavio Gallotti, RTJ 139/783;

MS 24.356/DF, Ministro Carlos Velloso, "DJ" de 12.09.2003. III. - Inocorrência, no caso, de ofensa ao processo legislativo, C.F., art. 60, § 2º, por isso que, no texto aprovado em 1º turno, houve, simplesmente, pela Comissão Especial, correção da redação aprovada, com a supressão da expressão "se inferior", expressão dispensável, dada a impossibilidade de a remuneração dos Prefeitos ser superior à dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. IV. - Mandado de Segurança indeferido. (MS 24642, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 18/02/2004, DJ 18-06-2004 PP-00045 EMENT VOL-02156-02 PP-00211). (grifo nosso).

2. Os impetrantes foram **deputados constituintes** e representam os principais guardiões e responsáveis pela integridade da constituição e sua manutenção temporal, e vossos interesses na concessão da segurança perquirida se consubstanciam na ameaça flagrante de burla ao processo legislativo de emenda constitucional. São legítimos representantes da vontade do povo, que lhes delegou o poder pelo voto direto e democrático, e por este motivo não podem se calar e se omitir face a anunciada prática inconstitucional que desestabilizará a república e o Estado Democrático de Direito. São, portanto, legítimos autores para a propositura desta demanda.

3. Quanto ao polo passivo, tem-se que os coatores são aqueles responsáveis pela iniciativa, decreto, aprovação e execução dos atos que ameaçam a integridade constitucional. *In casu*, o Presidente da República possui a prerrogativa da iniciativa de decretação de intervenção federal, enquanto as casas legislativas possuem o dever aprovação, ou não, do Decreto, seguindo o imperativo constitucional. Logo, são partes legítimas para figurar no polo passivo.

4. Por mais que a violação ao direito líquido e certo ainda não se tenha perfectibilizado, o Mandado de Segurança também alberga a proteção em face de justo receio de sofrer dano irreparável, o qual se encontra publicamente deflagrado pelas declarações oficiais dos coatores, encontrando guarida legal e albergado na função precípua desta demanda excepcional, conforme estabelece o art. 1º da Lei 12.016/2009, *in verbis*:

*Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação **ou houver justo receio de sofrê-la** por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*

5. O justo receio é latente pelas recentes posições **oficiais** dos Poderes Executivo e Legislativo acerca de suposta “suspensão”¹ ou revogação proposital do decreto de Intervenção para propiciar a aprovação da PEC 287 e suas alterações, conhecida como “Reforma da Previdência”, a qual já não possui apoio popular e é alvo de inúmeras divergências e críticas sociais, jurídicas e políticas, por si só gerando um estado de clamor social. Logo, esta é a via jurídica adequada.

II. DO APOIO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA À ESTA DEMANDA. DA ATUAÇÃO COMO *AMICUS CURIAE*.

6. Vistas ao risco de dano que se apresenta, a sociedade civil organizada, aqui representada pelas entidades a seguir transcritas, apoiam e promovem em conjunto a presente demanda, pelo que possuem legitimidade e interesse para atuar na qualidade de *amicus curiae*.

- I. *Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCTS, pessoa jurídica de direito privado, fundada na forma de entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.542.094/0001-70, com sede no SAF/SUL QD. 02, BLOCO “D”, SALA 102 – ED VIA ESPLANADA, neste ato representada por seu presidente, o Sr. JOSÉ CALIXTO RAMOS, brasileiro, casado, industrial, e-mail: presidencia@ncts.org.br;*
- II. *Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB, pessoa jurídica de direito privado, fundada na forma de entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 34.166.181/0001-42, com sede no SCS QD. 01, BLOCO “K”, 1º ANDAR – ED. DENASA – Asa Sul - Brasília/DF, neste ato representada por seu presidente, o Sr.*

¹ Não há possibilidade de suspensão de Intervenção Federal, mas somente revogação e tão somente quando estiverem cessados os motivos que a originaram, pela exegese do art. 36, §4º, da C.F.

JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS, brasileiro, casado, servidor público, e-mail: cspb.presidente@cspb.org.br;

- III. *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, pessoa jurídica de direito privado, fundada na forma de entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 33.746.256/0001-00, com sede no SEP NORTE QD. 505, CONJUNTO A - Asa Norte - Brasília/DF, neste ato representada por seu presidente, o Sr. JOSÉ CALIXTO RAMOS, brasileiro, casado, industrial, e-mail: presidente@cni.org.br;*
- IV. *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre - CNTTT, pessoa jurídica de direito privado, fundada na forma de entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 42.101.808/0001-05, com sede no SBS ed. Seguradoras, 11º andar - Asa Sul - Brasília/DF, neste ato representada por seu presidente, o Sr. OMAR JOSÉ GOMES, brasileiro, casado, motorista, e-mail: cnttt@cnttt.org.br;*
- V. *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH, pessoa jurídica de direito privado, fundada na forma de entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.656.998/0001-75, com sede no SRTVS QD. 701, CONJUNTO D, LOTE 5, BLOCO B, SALAS 225/234 - Asa Sul - Brasília/DF, neste ato representada por seu presidente, o Sr. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD, brasileiro, casado, comerciante, e-mail: mrtesch@gmail.com;*
- VI. *Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP, pessoa jurídica de direito privado, fundada na forma de entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.136.459/0001-01, com sede no Rua Nunes Machado, 68, 7º andar- Sala 706 - Edifício The Five - Centro - Curitiba/PR, CEP 80250-000, neste ato representada por sua presidente, a Sra. ADRIANE BRAMANTE DE CASTRO LANDETHIN, brasileira, casada, Advogada, e-mail: presidencia@ibdp.org.br;*

7. Os direitos líquidos e certos aqui perquiridos pelos parlamentares possuem nítida ligação aos direitos coletivos protegidos pelas entidades qualificadas, haja vista

que a PEC 287/2016, que pretende reformar a previdência, terá efeitos diretos no direito daqueles cidadãos filiados às referidas entidades.

8. Cabe ressaltar que as entidades acima são organizações sindicais formadas e reconhecidas pelo Estado na forma de Confederações Sindicais, e se enquadram nos termos legais e processuais para o reconhecimento da qualidade de *amicus curiae*.

9. A entidade mencionada no item VI é um instituto científico especializado em Direito Previdenciário, reunindo diversos especialistas na área e que já é ampla e notoriamente reconhecida pelo STF como *amicus curiae* em diversas demandas que envolvem esta área do direito. Considerando a limitação do objeto desta demanda, o IBDP poderá colaborar imensamente.

10. A representatividade destas entidades se fará pelo mesmo corpo jurídico que assina a presente petição inicial, devidamente outorgados pelas procurações que seguem anexas.

III. DA DELIMITAÇÃO DO OBJETO E DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

11. Preliminarmente, cabe esclarecer que o objeto deste *writ* é a garantia da integridade da constituição e do processo legislativo de emenda constitucional, conforme imperativo máximo do §1º do art. 60 da Carta Magna, em razão dos atos e pronunciamentos oficiais das autoridades coatoras que revelam justo receio de dano irreparável ao direito líquido e certo do povo brasileiro, exercido por meio de seus representantes eleitos direta e democraticamente, de garantir a estabilidade e integridade da Constituição, do pacto federativo e da democracia.

12. Em resumo, o direito líquido e certo consubstancia-se na proibição total de qualquer processo legislativo de emendas constitucionais durante o período de subsistência **dos motivos** que acarretam a decretação de Intervenção Federal.

13. **Não é objeto** desta ação a constitucionalidade do Decreto de Intervenção Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, nem seus vícios formais, procedimentais ou de origem.

IV. DOS FATOS.

14. Recentemente se tornou pública a decretação de Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro por meio do Decreto Presidencial nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. No mesmo ato, por meio de manifestações oficiais², os Poderes Executivo e Legislativo da República, por meio de seus representantes eleitos, anunciaram a intenção de burla expressa ao processo legislativo constitucional de emendas à Carta Maior por meio de suposta “suspensão” ou revogação proposital do decreto de intervenção para propiciar a aprovação da PEC 287 e suas alterações, conhecida como “Reforma da Previdência”.

15. Tais posições **oficiais** dos Poderes Executivo e Legislativo são clara trampolinice ao processo legislativo constitucional de emendas à Carta Magna, as quais clamam por socorro e proteção. Afinal, é histórico e expressamente vedado pela Constituição que:

- a) Sejam promovidas emendas no curso de Intervenção Federal (Art. 60, §1º);
- b) A Intervenção Federal cesse antes de pôr termo aos motivos que a originaram (Art. 36, §4º);

16. Qualquer tentativa de revogação ou suspensão do decreto intervencionista sem que tenham sido cessados os motivos que levaram a sua edição, nada mais revela que uma torpe burla à proteção constitucional direta, frontal e expressa do art. 60, §1º da C.F., em especial de acordo com sua **hermenêutica histórica elementar**, cabendo à

² Provas constantes no anexo I desta peça.

Corte Suprema, guardiã da Constituição, atuar na garantia desta disposição protetiva, em especial quando ainda em curso o período de **anormalidade constitucional**, social, democrática e política que exalta os ânimos e atrapalha a discricionariedade parlamentar e social sobre o tema da eventual emenda.

17. É papel precípua desta Corte Suprema evitar a intrusão latente e anunciada à Constituição da República.

18. As declarações oficiais das autoridades coatoras exibem o **torpe motivo** da revogação proposital, sem que tenham cessado os motivos que ensejaram a Intervenção Federal, para tão somente dar andamento ao processo legislativo de emenda constitucional de medida impopular e que apenas agrava o estado de confusão social já instaurado em torno de um tema altamente controvertido.

19. O coator e então presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Rodrigo Maia, em declaração oficial como porta voz da casa legislativa no último dia 16/02/2018, afirmou que:

"Mesmo para aqueles que são a favor, não será um desconforto pequeno começar a votar a previdência em março. Começando no final de fevereiro, é outra coisa. Tem o ano eleitoral" (...). "Eu tenho convicção do que eu defendo em relação à Previdência, mas não são todos os deputados que vêm para o Congresso com uma pauta fiscal. Não posso exigir deles a mesma compreensão que eu e outros temos. E a sociedade ainda é majoritariamente contra a reforma da Previdência. O reflexo da opinião dos deputados é o reflexo do seu eleitor".³

20. A PEC 287 não possui apoio popular e, no campo de ideias conturbadas e anormais que se instaura durante a Intervenção Federal, a burla à Constituição se afigura ainda mais nociva e perigosa, reabrindo precedentes que ficaram na história e que não podem mais voltar. Afinal, *"um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la"*⁴

³<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/553395-DECRETO-SOBRE-INTERVENCAO-FEDERAL-NO-RIO-DIFICULTA-VOTACAO-DA-REFORMA-DA-PREVIDENCIA,-AFIRMA-MAIA.html>

⁴ Edmund Burke

V. DA ESTRATÉGIA POLÍTICA BÁSICA DA BURLA.

21. Após clamoroso conflito jurídico em torno do termo “suspensão” do Decreto de Intervenção, autoridades dos Poderes Executivos e Legislativo afirmaram⁵ que não haveria suspensão pura e simples, mas “revogação” da intervenção, seguida de “operação ampliada” das Forças Armadas, com fundamento no art. 142 da C.F., para a garantia da lei e da ordem, enquanto durar as votações das reformas constitucionais, para, em seguida, ser decretada nova intervenção. É uma tática explícita de burla ao impeditivo constitucional.

22. A roupagem é diferente de um ato de suspensão, mas a finalidade de fraudar a Constituição é igualmente evidente. O próprio decreto de intervenção dispõe, já no artigo 1.º, que ela durará até 31 de dezembro de 2018. Logo, salvo se os motivos da intervenção cessarem até lá ou se o presidente da República decidir realmente revogá-la, sem a decretar de novo, a fórmula revogação + garantia da lei e da ordem + renovação da intervenção será tão fraudulenta quanto uma suspensão. Os efeitos são os mesmos.

23. O mesmo vale para outros artifícios aparentemente jurídicos que busquem burlar a proibição constitucional, como “cessação de efeitos” ou “cancelamento temporário” da intervenção, haja vista que qualquer disposição para sustação ou revogação dos efeitos não pode se dar sem que antes tenha sido cessado o motivo que deu azo ao ato extremo.

VI. HERMENÊUTICA DO PROIBITIVO GERAL DE QUALQUER TRAMITAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO. O DÉJÀ VU DE BROSSARD.

24. Por ser a primeira vez que este tema vem à tona após a promulgação da Constituição Federal de 1988, muitas dúvidas ressoam acerca dos limites imperativos

⁵ Vide anexo I.

de proibição de emenda à constituição na vigência de Intervenção Federal, de estado de defesa ou estado de sítio. Assim dispõe o texto em comento:

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

25. A principal dúvida acerca do processo legislativo é: fica impedida toda e qualquer tramitação ou apenas a promulgação da emenda? A resposta a esse questionamento está na origem hermenêutica da norma constitucional, baseada no histórico nacional e internacional, que revela claramente a proibição de todo e qualquer processamento legislativo em torno de emenda à constituição em presentes os motivos que ensejaram a decretação da Intervenção Federal, conforme a seguir se fundamenta.

26. É mister ressaltar também a temporalidade dessa norma proibitiva. Afinal, a vontade hermenêutica dos legisladores constituintes foi a proteção da Constituição em razão do **estado de fato** em que atravessa o país em dado momento ou em razão do **ato formal de decretação**?

27. A hermenêutica deste proibitivo é uníssona: **não se deve reformar a constituição em momento de crise**, regra máxima e precípua da proteção constitucional estabelecida do §1º do art. 60 da C.F., exemplarmente transcrita nas palavras do então Ministro, Dr. Paulo Brossard, durante audiência pública no dia 05/05/1987 na **subcomissão de garantia da constituição, reformas e emendas** da Assembleia Nacional Constituinte, na discussão do dispositivo em comento:

Quando se trata da lei constitucional, os requisitos são outros. E são outros exatamente porque se trata de lei constitucional, ou seja, exatamente para que a lei constitucional não seja alterável ao sabor das circunstâncias, que haja um mínimo de decisão, de determinação, de certeza, quanto à necessidade de sua alteração.

28. Ainda sobre a necessidade de proteção de reformas constitucionais em momento de crise institucional, política e social, continua Brossard:

Exatamente para que a alteração não se fizesse ao sabor de circunstâncias, sob o fogo das emoções, às vezes de uma turbulência que perturba os espíritos, enfim, no sentido da proteção da perenidade da lei.

(...)

Há determinadas situações que, efetivamente, até impõem a seriedade, até o patriotismo dos deputados, dos senadores, às reformas que se fizerem necessárias, a despeito de toda a febre, de todo o calor febril que possa ter determinada situação. Em regra este mecanismo estabelecido para a reforma da Constituição visa exatamente a sua preservação, visa exatamente a sua garantia, para evitar que movimentos, às vezes intensos, mas fugazes, venham a deixar marcas em uma lei que deve ter o timbre da perenidade, que deve ter o timbre da superioridade a estas agitações que são normais em qualquer sociedade.

(...)

O problema das Garantias da Constituição. De certa forma o próprio processo estabelecido para a reforma constitucional visa exatamente o quê? Garantira manutenção, a conservação, a não alteração da Constituição, por qualquer motivo: por fatos passageiros, por causas transitórias, ainda que intensas. Sabemos que, às vezes, há uma comoção nacional. É muito perigoso mudar a lei sob o impacto de uma comoção nacional. É preferível exatamente que a comoção passe, para depois a lei ser modificada.

Além disso, quem é que defende a Constituição? Todos os Poderes têm o dever de defender a Constituição. Como? Praticando-a com isenção, com lealdade. Quando se diz "Os Ministros dos Tribunais são os guardas da Constituição" são em termos, mas não são os únicos, não. Congresso Nacional, a Câmara, o Senado, o Poder Executivo têm o dever de zelar pelo cumprimento da Constituição. Dizem: isto é pouco, Então, só fazendo aquela Constituição de Capistrano de Abreu, que tinha só um artigo, e que consistia nisto: "Todo brasileiro deve ter vergonha". Pronto. Revogam-se todos os outros artigos. Não tinha um, tinham dois artigos, tinha outro: "Revogam-se as disposições em contrário."

(...)

29. Indagado pelo Constituinte Antero de Barros, Brossard prosseguiu reafirmando que:

O SR. PAULO BROSSARD- Nobre Deputado Antero de Barros deixou bem claro que não levo a preferência pela síntese ao exagero. Entendo mesmo que há uma série de normas que foram explicitadas, em função do nosso passado, que não devem ser abandonadas. Por exemplo, o problema do estado de sítio - aquelas regras que garantem, que limitam, que configuram os efeitos do estado de sítio, o seu alcance etc., porque houve tanto abuso que o legislador, sabiamente, entendo eu, reduziu a preceito legal, expresso, aquilo que a melhor doutrina tinha fixado. Há uma série de normas que têm a sua explicação por fatos da nossa História. Não gostaria que fossem abandonadas, porque se justificam.

30. Tais palavras arrepiam, pois se mostraram, na constituinte, um verdadeiro *déjà vu* do momento atual. O que de fato está na iminência de acontecer é justamente aquilo que os legisladores constituintes previram e visavam proteger.

31. Estas mesmas palavras formam a síntese da convicção dos constituintes e explicitam a vontade em relação ao texto do §1º do art. 60, estando devidamente arrazoadas no arquivo RELATÓRIO E ANTEPROJETO - SUBCOMISSÃO DE GARANTIA DA CONSTITUIÇÃO, REFORMAS E EMENDAS - 11/05/1987 - Dep. Nelson Friedrich - Relator, que segue anexo à petição inicial, demonstrando a reafirmação da proteção e sua amplitude geral, ratificada por emendas quando da comissão de sistematização do novo texto e em plenário.

32. Durante a fase de emendas em plenário, o Constituinte Bonifácio de Andrada/PDS apresentou a emenda nº 450525-5, na qual, em seus fundamentos, afirma:

Técnica de emenda constitucional atual é igual à da CF de 1934, à exceção do termo "intervenção federal", incluído por emendas no curso do processo legislativo pela comissão de sistematização.

33. Também merecem destaque as emendas CS01058-2 e CS01278-0 durante os trabalhos da Comissão de Sistematização, a qual dispôs sobre a preocupação uníssona dos constituintes em proteger a Constituição de emendas e reformas no curso de período em que o Estado deve dedicar-se à resolução da quebra do pacto federativo, que ameaça o espírito maior, a coluna vertebral, que é o Estado Democrático de Direito.

EMENDA CS01058-2 – Comissão de Sistematização – Constituinte - Virgildasio de Senna/PMDB

Todavia, se a tumultuada vida republicana brasileira, com suas revoluções, estados de sítio e longos períodos de autoritarismo, assim na área federal como estadual, apenas agravou o quadro anti-democrático da composição dos tribunais, o Executivo, principal responsável por essas escolhas, inspirou-se sempre muito mais em motivações personalistas do que nos superiores interesses da Justiça.

EMENDA CS01278-0 – Comissão de Sistematização - DEP. DÉLIO BRAZ/PMDB.

Ora, se a medida emergencial somente por ser invocada sob condições especialíssimas, quando se busque preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas ou atingidas por calamidades ou perturbações cuja gravidade não exija a decretação do Estado de Sítio, devendo ser levada ao conhecimento do Congresso Nacional (§ 59), não se pode admitir que, rejeitado, pelo legislativo, o Decreto que estabeleceu a medida de emergência, o que convalida atos praticados sob sua invocação. A permanecer a ressalva contida na redação do Anteprojeto, incentiva-se a decretação de medidas de emergência, mesmo sabendo-se da quase certeza de sua - rejeição, podendo-se permitir atos de arbitrariedade enquanto não formalizado o pronunciamento denegatório do Congresso Nacional.

34. No curso da sistematização e aprovação em plenário, poucas emendas, todas do mesmo autor⁶, o constituinte Inocêncio Oliveira/PFL, visavam suprimir do texto do

⁶ Emenda supressiva: 1P00825-5 Inocêncio Oliveira - PFL.

§1º do art. 60 o termo “intervenção federal”, requisição esta que fora prontamente refutada pelos Presidente e Relator da ANC nos seguintes termos:

```
-----  
1P00825-5          INDCÊNCIO OLIVEIRA          PFL  
***** PARECER *****  
A intervenção federal cria momentos de intranquilidade, in-  
bindo ou exacerbando a atuação no Congresso Nacional dos mem-  
bros da representação dos estados atingidos pela medida ex-  
trema. Convém que, enquanto perdure essa situação emergen-  
cial fiquem intocáveis os preceitos constitucionais  
-----
```

35. Durante qualquer ato extremo, dentre eles a intervenção, nas palavras de Brossard, deve-se considerar que: *“sob o fogo das emoções, às vezes de uma turbulência que perturba os espíritos”* a sociedade e o Congresso Nacional, como legítimos representantes, não estão aptos à formação da discricionariedade perfeita sobre eventuais reformas *“que se fizerem necessárias, a despeito de toda a febre, de todo o calor febril que possa ter determinada situação”*.

36. Hermeneuticamente, é cristalina a vontade dos constituintes de 88 e daqueles que os antecederam em proteger e garantir a estrutura da Constituição em face de qualquer emenda **discutida, deliberada e aprovada** durante o período de vigência do estado de fato (motivos) causador do ato extremo de intervenção, pelo que **toda e qualquer tramitação ou fase de projeto de emenda à constituição deve ser suspensa.**

37. Nesse ínterim, enquanto não cessados tais motivos que ensejaram a Intervenção Federal, fica terminantemente proibida toda e qualquer fase ou tramitação de projetos de emenda à constituição, sejam elas discussões, deliberações, votações e promulgações. Afinal, perdurando o momento de anormalidade jurídica, constitucional e social com a latente perturbação do pensamento e da cognição, **não devem** tais matérias de índole constitucional serem submetidas ao crivo dos parlamentares. **Essa é a regra hermenêutica máxima do proibitivo objeto desta ação.**

38. Os Poderes Executivo e Legislativo estão na iminência de atentar contra o Estado Democrático de Direito e a segurança jurídica ao tentar burlar a constituição no período de anormalidade constitucional, de ânimos exaltados, pensamento limitados

e da quebra da unidade federativa. Cabe ao STF, como legitimado à garantia da Constituição, impedir o fim do Direito e da segurança jurídica. Afinal, não se trata de mera teimosia caprichosa de políticos irresponsáveis, mas sim do risco extremo de abertura de precedentes perigosíssimos ao País, que certamente culminará na destruição da estrutura política e social pela ruptura do pacto federativo.

39. Exagero? Não! Os autores não pagarão para ver o *Déjà vu* de Brossard.

VII. DO HISTÓRICO PARA FORMAÇÃO DO PROIBITIVO. NECESSIDADE DE SE OBSTAR TODA E QUALQUER FASE DE TRAMITAÇÃO DE EMENDA CONSTITUCIONAL.

40. Não é sem fundamento a opção tomada pelo legislador ao vetar a emenda constitucional em tempos de crise, pois é na comoção social que a mente se torna conturbada e as decisões se tornam impensadas.

41. A história serve como prova da necessidade de respeito ao momento de crise, pois o inconcebível em tempo de paz pode ocorrer em tempos de comoção, correndo-se o risco de reverter a Constituição contra seu próprio povo, como já foi visto inúmeras vezes na história deste país e do mundo.

42. Um caso clássico na legislação brasileira foi o visto em dezembro de 1935, às vésperas do golpe da Nova República e exatamente 04 meses após a instauração da nova Constituição, sob a margem de uma anunciada guerra comunista, suspendeu-se por dois dias um estado de sítio para a criação e votação e uma perigosíssima alteração constitucional, a inclusão da figura da “comoção intestina grave”, permitindo que a situação de revolta interna fosse declarada como um estado de guerra, abrindo margem para o golpe que estava por vir:

EMENDA N. 1 "A Camara dos Deputados, com a colaboração do Senado Federal, poderá autorizar o Presidente da Republica a declarar a commoção intestina grave, com finalidades subversivas das instituições politicas e sociaes, equiparada ao estado de guerra, em qualquer

parto do territorio nacional, observando-se o disposto no artigo 175, n. 1, §§ 7º, 12 e 13, e devendo o decreto de declaração de equiparação indicar as garantias constitucionaes que não ficarão suspensas." (sic).

43. O legislador contemporâneo se preocupou com os riscos de uma votação em tempos de crise, impedindo que fosse efetuada qualquer modificação constitucional em tempos de sítio, acrescentando ao arcabouço constitucional a necessidade de serenidade e ponderação legislativa, conforme o art. 178 da CF de 1934:

Art 178 - A Constituição poderá ser emendada, quando as alterações propostas não modificarem a estrutura política do Estado (arts. 1 a 14, 17 a 21); a organização ou a competência dos poderes da soberania (Capítulos II III e IV, do Título I; o Capítulo V, do Titulo I; o Título II; o Título III; e os arts. 175, 177, 181, este mesmo art. 178); e revista, no caso contrário.

(...) § 4º - Não se procederá à reforma da Constituição na vigência do estado de sítio.

44. Indiferente aos princípios que levaram a esta vedação, a exegese constitucional foi descuidadamente desrespeitada pelo então presidente Getúlio Vargas, abrindo caminho para uma era de insegurança e medo:

Decreto nº 501, de 16 de Dezembro de 1935

Suspende o estado de sitio em todo o territorio nacional nos dias 17 e 18 de dezembro de 1935.

Attendendo a que a Camara dos Deputados deliberou discutir na sessão de amanhã, dia dezesete do corrente mez de dezembro, uma proposta de emendas á Constituição da Republica, resolve:

Fica suspenso o estado de sitio em todo o territorio nacional nos dias dezesete e dezoito do corrente mez de dezembro.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 17/12/1935

45. Com o tempo ficou óbvio que tal artifício foi um mecanismo de contenção popular e supressão da oposição política, filtrando a liberdade de imprensa e informação, além de propiciar a prisão sem o devido processo legal e a perseguição

indiscriminada de supostos comunistas, com brutais torturas, exílio e entrega de oficiais à Gestapo alemã, tudo em um preparativo para as eleições de 1938, fracassada pelo desrespeito a um momento de sítio e a falta de claro debate e informação.

46. Em 02 de outubro de 1937, utilizando a comoção intestina grave, Getúlio Vargas declarou estado de guerra, fechou o Congresso Nacional e instituiu uma nova Constituição, baseada na constituição fascista da Polônia, instituindo o Golpe em 10 de novembro de 1937 e o Estado Novo⁷.

Em 26 de novembro, o Decreto nº 457 instaurou o estado de sítio em todo o país pelo prazo de 30 dias. O decreto determinava que todas as pessoas que houvessem participado “na insurreição extremista”, ou a respeito das quais o governo tivesse fortes suspeitas de que viessem a participar nela, em qualquer ponto do território nacional”, seriam passíveis de detenção ou de conservação em custódia.

No dia 16 de dezembro, o Decreto nº 501 suspendeu por dois dias – 17 e 18 daquele mês – a vigência do estado de sítio, a fim de que a Câmara dos Deputados examinasse a proposta do Executivo de emenda à Constituição de 1934. Aprovada em 18 de dezembro, a Emenda nº 1 estabeleceu que a Câmara dos Deputados, com o concurso do Senado, poderia autorizar o presidente da República “a declarar a comoção intestina grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais, equiparada ao estado de guerra em qualquer parte do território nacional”.

Em 24 de dezembro, por meio do Decreto nº 532, o governo prorrogou por mais 90 dias o estado de sítio, tendo obtido a autorização do Congresso para equipará-lo, caso fosse preciso e conforme previa a Emenda nº 1, ao estado de guerra. A justificativa de Getúlio era de que “não obstante as medidas preventivas e coercitivas empregadas pelas autoridades civis e militares, permitidas pelo estado de sítio, força é confessar ainda não desistiram os extremistas de seu propósito”.

47. Proibir alterações em tempos de crise ao longo da história demonstrou ser um fundado receio de cometimento de erros irrecuperáveis, pois são brechas para alavancar a miséria da população e a quebra da Democracia.

⁷ FGV CPDOC. Estado de Sítio. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sitio>> Acessado em: 16 de fev. de 2018)

48. Atento a este fato, durante as discussões da constituinte sobre o texto do atual §1º do art. 60, o então Ministro Dr. Paulo Brossard, na audiência pública no dia 05/05/1987 na **subcomissão de garantia da constituição, reformas e emendas da Assembleia Nacional Constituinte**, lembrou:

A Constituição tem um princípio que vem desde 1934 "É proibida a revisão constitucional sob o estado de sítio." Por quê? Em primeiro lugar, porque o estado de sítio importa, como sabem 05 Senhores, na restrição de direitos e garantias, e um deles, por exemplo, é o a da imprensa, a imprensa pode ser censurada durante o estado de sítio. Ora. supondo-se que a imprensa seja um veículo das opiniões, seria manifestamente inconveniente que se fizesse a reforma constitucional, a emenda constitucional, no momento em que o País estivesse sob o estado de sítio e quando as opiniões não poderiam ser livremente expressas, e até a crítica, por exemplo, a um projeto que fosse apresentado. Existe um princípio; "não pode ser alterada durante o estado de sítio."

De mais a mais, a Constituição de 1891 foi reformada em 1926 sob estado de sítio. Como se sabe, o Governo de Artur Bernardes começou e terminou sob o estado de sítio, e a Constituição foi reformada exatamente no Governo Bernardes.

A Constituinte de 34 estabeleceu como norma exatamente isto: "a irreformabilidade da Constituição, havendo estado de sítio." Nem preciso dizer que em 1967, por exemplo, quando foi feita não uma reforma, mas uma nova Carta, naquelas condições conhecidas, o País não estava sob o estado de sítio, mas, em compensação, estava sob um estado cem vezes pior que o estado de sítio.

49. A Doutrina não se engana ao basear tal proibição em situações como a sofrida pela França em 1940⁸ e pela Alemanha em tempos de 2ª Guerra Mundial, ou até pela

⁸ “Em 10 de julho de 1940, no cassino da cidade das águas de Vichy (Auvérnia, centro da França), a Assembleia Nacional, eleita em 1936, aprova a concessão de plenos poderes ao marechal Philippe Pétain (foto), então conhecido como o “leão de Verdun”. Poucos deputados se opõem à decisão, que marca o fim da III República e o começo de que se denominou de “regime de Vichy”, um dos capítulos mais vergonhosos e humilhantes da história francesa” ALTMAN, Max. Hoje na História: 1940 - **França dá início ao regime colaboracionista de Vichy**. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/29909/hoje-na-historia+10-de-julho-de+1940+%96+franca+da+inicio+ao+regime+colaboracionista+de+vichy.shtml>> Acessado em: 17 de fev. de 2018.

norma japonesa, na Constituição do Império do Japão, em 1889, que já impedia a alteração da Constituição em tempos de Regência⁹:

第七十五条 憲法及皇室典範ハ、摂政ヲ置クノ間、之ヲ変更スルコトヲ得ズ

Tradução livre: "Artigo 75. Nenhuma modificação pode ser introduzida na Constituição, ou na Lei da Casa Imperial durante o tempo de uma Regência"¹⁰

50. Quem não conhece a história da ascensão de Hitler? Tudo se deu por um período de profunda crise e uma decisão impensada do Presidente do Reich ao apresentar o "Decreto para a proteção do povo e do Estado", em 28 de fevereiro de 1933. Norma que, no momento de crise, fazia sentido, mas depois se viu que foi o maior erro que podiam ter cometido e que abriu margem para a criação do cargo de *Fuher* e pavimentou o caminho para Segunda Guerra Mundial¹¹.

51. São países com uma longa história de crises e intempéries, que sofreram com decisões impensadas por diversas vezes para **chegar à conclusão de que não se modifica a principal e mais básica norma do país sem a calma e a concentração necessários para todo o debate**, sendo um crasso desrespeito à história deste país e do mundo entender arbitrariamente que se pode suspender um estado de crise apenas para a alterar, como se a realidade fosse apenas um amontoado de letras em um papel.

52. Tal fato advém da necessidade de se traçar caminhos legislativos concisos e capazes de bons frutos. A crise possibilita ao legislador pender-se em um abismo de medo ou cair na febre da fúria, limitando o pensamento e os debates a uma frágil realidade passageira de exceção.

⁹ (MOREIRA, Eduardo Ribeiro. Teoria da Reforma Constitucional. 1ª Ed. Saraiva: 2012. p. 63). Texto original disponível em: <<http://www.chukai.ne.jp/~masago/meiji.html>> Acessado em 17 de fev. de 2018.

¹⁰ Texto original disponível em: <<http://www.chukai.ne.jp/~masago/meiji.html>> Acessado em 17 de fev. de 2018.

¹¹ PALMA, Lucas. O NAZISMO CHEGOU AO PODER POR VIAS DEMOCRÁTICAS? UMA MEIA VERDADE. Disponível em: <<https://voyager1.net/historia/os-reais-fatores-que-permitiram-a-ascensao-do-nazismo/>> Acessado em: 17 de fev. de 2018

53. Com esse pensamento, Shinmen Musashi ensina que toda atitude estratégica demanda uma sincronia com o tempo e com a situação em que o ator se encontra, não podendo ele ignorar que quando o Estado está em anormalidade constitucional, o processo cognitivo resta prejudicado¹²:

Desde o princípio, você precisa conhecer a sincronia necessária a cada situação e a sincronia desfavorável a ela e, em meio às coisas grandes e pequenas, aos ritmos lentos e rápidos, encontrar a sincronia relevante, observando primeiro a sincronia da distância e a sincronia do fundo. Este é o aspecto mais importante da estratégia. A sincronia do fundo reveste-se de uma importância especial, caso contrário sua estratégia será incerta e estável.

54. Isto está além da hermenêutica. Vai na própria constituição do processo cognitivo. Não há condições de se decidir perfeitamente quando a mente está conturbada por outro assunto. Burlar uma suspensão temporária de um decreto em nada resolve, pois cria-se uma esguia pintura de normalidade para enganar os desatentos e forçar os conturbados. Da mesma forma, permitir qualquer tramitação de projetos de emenda à Constituição enquanto perduram os motivos do desatino social e institucional é tão grave quanto a promulgação, haja vista que a condição de decisão, pensamento e discricionariedade estão comprometidas e podem criar embaraços perigosos para o futuro.

55. Depara-se com uma situação de incerteza legislativa com base em situação de fato alheia ao interesse humano, digna de uma profunda análise filosófica.

56. Como seres emocionais e sujeitos de conduta volitiva sobre o futuro do país, os legisladores não podem ser obrigados a decidir causa constitucional, sob o risco de distorcer prioridades e causar danos permanentes à política social brasileira. Paulo

¹² MUSASHI, Miyamoto. **O Livro de Cinco Anéis. Go Rin No Sho.** Disponível em: <<http://files.seishinkyokushin.webnode.com.pt/200001010-9abf39b86d/livro%20dos%205%20aneis.pdf>> Acessado em 17 de fev. de 2018. p. 18.

Nader tece longos comentários sobre essa natureza humana e suas incertezas em sua obra “Filosofia do Direito”¹³:

Como parte da natureza o homem deve atuar em conformidade com as leis físicas; relativamente sua integração à ordem metafísica ou teleológica, deve ir além, obrar com liberdade e agir de acordo com os princípios universais e absolutos de sua consciência e não pelo que constitui a sua individualidade: “Opera como se nele operasse a humanidade, ou como se qualquer outro sujeito estivesse no lugar dele.”.

57. Impor ao Congresso a pintura da normalidade é exigir o pensamento coletivo em tempos de individualidade e incerteza da capacidade de controle econômico e social do Estado.

58. Pontes de Miranda chegou a esta conclusão ao se deparar com esta vedação na Constituição Federal de 1967, demonstrando sua palpável preocupação com a maquinação humana e a ignorância emocional dos legisladores, no sentido de não se ter uma correta visão de mundo quando não se está na realidade que se pretende regular. Dizia:

ESTADO DE SÍTIO E EMENDA À CONSTITUIÇÃO – Na vigência de estado de sítio não se emenda a Constituição; a emenda seria inconstitucional. É preciso que não se esteja em estado de sítio durante a iniciativa, a apresentação do projeto, sua discussão e votação. Se um momento houve de estado de sítio, nula é a emenda, pelo vício da inconstitucionalidade. A emenda que foi discutida e votada fora do estado de sítio, mas em estado de sítio foi proposta, é contra a Constituição. (MIRANDA, Pontes, COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO DE 1967: Tomo III. 2ª Ed. Revista dos Tribunais: 1970. p. 152)

59. Em tempos idos, **o próprio atual Presidente da República Michel Temer**, enquanto doutrinador do Direito, se manifestou sobre essa preocupação constitucional, em uma ímpar análise da hermenêutica Constitucional e da **necessidade inalienável da tranquilidade e da ampla liberdade cognitiva para**

¹³ NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 23ª Ed. Forense: 2015. Cap. 20.

concatenar, debater e votar medidas tão profundas e rígidas para o nosso ordenamento, apontou para a necessidade de tempos sóbrios no processo legislativo, sob o risco de perde-la para sempre:

O §1º do art. 60 impede Emenda Constitucional na vigência de estado de sítio ou estado de defesa e intervenção Federal.

Significa: nas circunstâncias do estado de sítio, ou do estado de defesa ou da intervenção federal, impede-se reforma.

O constituinte esteve atento ao fato de que a reforma constitucional é matéria de relevância inquestionável e, por isso, não pode ocorrer em instantes de conturbação nacional.

O constituinte exige serenidade, equilíbrio, a fim de que a produção constitucional derive do bom senso e da apurada meditação.

O estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal afastam, necessariamente, esses pressupostos, gerando a preocupação e a instabilidade na condução dos negócios governativos.

Daí a proibição de natureza circunstancial. (TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. 22. Ed. Malheiros Editores: 2007. p. 38) (grifos próprios).

60. A Doutrina não diverge sobre a origem da norma, o que causa a impossibilidade de alteração da Constituição Federal não é a declaração formal de estado de sítio, intervenção ou guerra, mas a situação emocional e a apreensão provocadas.

61. Entender de modo contrário colocaria a Constituição Federal na linha de frente para a perda de sua tão batalhada legitimidade, prejudicado eternamente pela cicatriz deixada pela história singular e excepcional de tempos passados.

62. Da mesma forma que foi visto durante a 1ª Emenda à Constituição de 1935, o país está passando por uma situação *sui generis*. Estaremos fadados a percorrer o mesmo caminho ou será que dessa vez o processo democrático vigorará?

63. Considerando o arcabouço histórico e filosófico apresentado, fica fácil compreender a **hermenêutica do proibitivo em tempos de anormalidade constitucional**, sendo, no mínimo, raso compreender que a suspensão ou a revogação

temporária de um decreto de Intervenção Federal, ou a tramitação de projetos em seu curso, seria capaz de dar os efeitos necessários a que o parlamento se visse livre para efetuar a modificação desejada pelo poder executivo.

VIII. DA ATIVIDADE POLÍTICA POR EXCELÊNCIA. NATUREZA PRÓPRIA SUSCETÍVEL DE CONTROLE.

64. Cabe ao Poder Judiciário, quando acionado, determinar uma atuação positiva ou negativa por parte do ente público competente, a fim de fazer valer os direitos insculpidos na Lei Maior visando assegurar a garantia e a proteção da Constituição.

65. No caso em apreço, a intervenção judicial é possível tendo em vista que o Poder Judiciário não irá adentrar na divisão de poderes, mas apenas garantir que o Poder Executivo e Legislativo respeitem impeditivo constitucional previamente estabelecido.

66. Nesse sentido, vários são os julgados da Corte Suprema sobre o tema, cabendo colacionar alguns exemplos a título exemplificativo:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. PEDIDO DE RETRATAÇÃO ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DO ATO. VIOLAÇÃO AO ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO. AUSÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Compete ao Judiciário, no conflito de interesses, fazer valer a vontade concreta da lei, devendo. Para isso, há de interpretar a lei ou a Constituição, sem que isso implique ofensa ao princípio da independência e harmonia dos Poderes. Precedente. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 410096 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 14/04/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-083 DIVULG 05-05-2015 PUBLIC 06-05-2015).

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE LOCAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A MELHORIA DO SISTEMA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA

PROVIMENTO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF). 2. A controvérsia objeto destes autos – possibilidade, ou não, de o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a adoção de providências administrativas visando a melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde por hospital da rede pública – foi submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10. 3. Naquele julgamento, esta Corte, ponderando os princípios do “mínimo existencial” e da “reserva do possível”, decidiu que, em se tratando de direito à saúde, **a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos, nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas.** 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 642536 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 26-02-2013 PUBLIC 27-02-2013).

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO A SAÚDE. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE INGERÊNCIA NO PODER DISCRICIONÁRIO DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 2º, 6º E 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. O direito a saúde é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço. 2. **É possível ao Poder Judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo.** Precedentes. 3. Agravo regimental improvido. (AI 734487 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 03/08/2010, DJe-154 DIVULG 19-08-2010 PUBLIC 20-08-2010 EMENT VOL-02411-06 PP-01220 RT v. 99, n. 902, 2010, p. 158-162).

67. No caso, o §1º do art. 60 da C.F. foi muito claro quanto ao impedimento legislativo durante estados de exceção constitucional, o qual deve ser respeitado para a manutenção da ordem e da paz social.

68. O risco concreto e anunciado subverte a legitimidade da Constituição e permite um comportamento heterodoxo do Congresso, importando em atuação *ultra vires* dos Poderes Legislativo e Executivo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.

IX. DA MEDIDA CAUTELAR LIMINAR. PROIBIÇÃO DE TODA E QUALQUER TRAMITAÇÃO DE PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL.

69. É função precípua desta Corte Constitucional a proteção da Carta Magna de eventuais ameaças de vilipêndios ou burlas, com vistas a proteger a Democracia, o Estado e sua forma republicana e federativa, e as garantias individuais.

70. Ao permitir que a Constituição seja vilipendiada pela revogação (ou qualquer que se tome sua roupagem formal) proposital da Intervenção Federal, que nada mais será que uma forma de suspensão para aprovação de PEC, estar-se-á reabrindo prerrogativas antigas e altamente perigosas à segurança jurídica da nação, submetendo a Constituição à própria fragilização mediante a perda da perenidade e estabilidade.

71. Como visto acima, a revogação de Decreto de Intervenção não poderá se dar antes de **cessados** os motivos que lhe ocasionaram. Tal lógica é a literal exegese do § 4º do art.36, hermeneuticamente adequada à vontade do legislador constituinte, como acima se fundamentou. Logo, qualquer forma de revogação para aprovação de PEC no intuito de posterior reedição do Decreto nada mais é que uma burla clarividente ao proibitivo constitucional. É uma assanha indecorosa que deve ser evitada!

72. Nesse ínterim, enquanto não cessados tais motivos, fica terminantemente proibida toda e qualquer tramitação de projetos de emenda à constituição, sejam eles discussões, deliberações, votações e promulgações. Afinal, perdurando o momento de anormalidade jurídica, constitucional e social com a latente perturbação do pensamento e da cognição, não devem tais matérias de índole constitucional serem submetidas ao crivo dos parlamentares. Essa é a regra hermenêutica máxima do proibitivo objeto de interpretação nesta ação.

73. O inciso III do artigo 7º da Lei 12.016/2009 permite ao Exmo. Julgador **determinar a suspensão de toda e qualquer tramitação de Proposta de Emenda à**

Constituição durante a permanência dos motivos que ensejaram a decretação da Intervenção Federal, tendo em vista a presença de fundamentos relevantes.

Art. 7º,

(...)

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

74. O novo Código de Processo Civil estabelece, em seu art. 300, as Tutelas Provisórias de Urgências, as quais serão concedidas quando *“houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”*.

75. No caso em apreço, os elementos evidenciam o direito líquido e certo aqui perquirido, bem como o **risco ao resultado útil do processo legislativo**, que poderá, num futuro não tão distante, ser anulado por vício formal constitucional e por abuso de poder.

76. Cabe ressaltar que não há ônus a ser suportado, nesse momento, pela Casa Legislativa, porquanto resolvida a questão prejudicial por esta Corte, estar-se-á conferindo segurança jurídica à cidadania, permitindo o seguro processamento da proposição legislativa federal após cessados os motivos que deram origem à Intervenção Federal, em especial porque a matéria posta à análise é importantíssima ao futuro do País, do povo brasileiro e da manutenção da Ordem Social constitucional.

77. Considerando que não há outro meio eficaz de sustar os efeitos que se busca obter por meio desta demanda, já que a posição dos coatores já está alinhada, formada e oficialmente divulgada, bem como por estar configurada a verossimilhança das alegações de fato e de Direito e caracterizada a necessidade de adoção urgente de medidas voltadas ao equacionamento das violações, em seu proveito e em prol da

segurança de toda a sociedade e da constituição, se faz necessário o deferimento da medida, em caráter liminar.

78. O fato desta E. Corte nunca ter debruçado em matéria de tal importância jurídica não pode ser fundamento para o indeferimento do pedido em liminar, em especial porque não há convicção positiva ou negativa dos Exmos. Ministros sobre o tema. Aguardar a formação completa desta cognição é gerar enorme insegurança e danos irreparáveis.

79. De certo, a suspensão da tramitação dos projetos de PEC enquanto não cessarem os motivos da Intervenção é o meio mais adequado à proteção da Constituição. Dessa forma, a Suprema Corte terá tempo razoável à formação da cognição necessária à solução da celeuma originária do impropério devaneio político e jurídico que se afigura.

80. Na ausência de posição consolidada no âmbito desta corte, não há outra medida que não a suspensão cautelar/liminar proibitiva dos trabalhos legislativos até que seja decidida tal celeuma. É altamente temerário permitir que o país mergulhe na insegurança jurídica total e arrisque a quebra do pacto federativo democrático permitindo possível burla sem tempo de solução rápida e urgente após o vilipêndio.

81. Não há tempo e espaço ao acanhamento judicial. Deve-se proteger a Constituição, independentemente de toda e qualquer outra necessidade ou princípio.

82. É fato público e notório a descrença popular nas instituições brasileiras. O povo está carente de amparo contra a corrupção desenfreada e atos abusivos tomados por alguns que se esquecem da função representativa democrática, assumindo as vestes de verdadeiros assaltantes do poder originário.

83. Os atos políticos deflagrados pelos chefes dos poderes Executivo e Legislativo explicitam uma realidade incômoda: A casa do povo, a este não mais pertence.

84. O Congresso Nacional deveria representar a vontade popular, pois que composto pelos legítimos delegados do poder originário pela via democrática. Porém, qual é o papel da casa do povo, já que os representantes estão alinhados com o Poder Executivo em troca de benefícios e não mais de acordo com a vontade de seus outorgantes? Só no Brasil e em governos ditatoriais o povo não exerce seu poder!

85. É necessário impor **urgente controle** e este papel cabe ao Poder Judiciário.

86. Portanto, o deferimento da liminar também será necessário ao resgate da confiabilidade popular nas instituições, evitando maior crise institucional e social, em especial quando é pública e notória a negação e o repúdio popular à reforma elaborada pela PEC 287 e suas modificações. A permissão de ludíbrio constitucional para aprova-la em momento de crise é ratificar a quebra do pacto federativo constitucional.

X. DOS PEDIDOS.

87. Em face do todo exposto, espera o impetrante que este Supremo Tribunal Federal:

a) Determine, liminarmente, **a garantia do regular processo legislativo constitucional mediante a proibição geral:**

a.1) **de toda e qualquer tramitação** e sessões destinadas à análise da PEC 287/2016, bem como de toda e qualquer proposta de emenda à Constituição, enquanto perdurar os motivos que ensejaram a decretação da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, formalizado pelo Decreto 9.288 de 16/02/2018;

a.2) do Poder Executivo e Legislativo de revogar ou suspender o Decreto de intervenção, enquanto perdurar os motivos que o ensejaram, **visando permitir o avanço de votações de projetos de emendas constitucionais,**

bem como do uso de “operações ampliadas” das Forças Armadas, com fundamento no art. 142 da C.F., para a garantia da lei e da ordem, enquanto durar as votações das reformas constitucionais;

a.3) a reedição do Decreto de Intervenção Federal, com base nos mesmos motivos, após a tramitação de propostas de emenda à Constituição.

- b) Receba as entidades civis organizadas qualificadas no capítulo II na qualidade de *amicus curiae*, na forma da fundamentação expendida;
- c) Notifique os coatores para que, em 10 (dez) dias, prestem as informações;
- d) Dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Congresso Nacional e da União Federal;
- e) Ao final, **CONCEDA A SEGURANÇA** para **garantir o regular processo legislativo constitucional mediante a PROIBIÇÃO GERAL** da tramitação e das sessões destinadas à análise da PEC 287/2016 e demais propostas de emenda à Constituição, enquanto perdurar os motivos que ensejaram a decretação da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, formalizado pelo Decreto 9.288 de 16/02/2018, bem como de qualquer tentativa de burla ao proibitivo constitucional, estabelecendo os limites Constitucionais nestes casos de situações excepcionais;


e.1) Alternativamente, em caso de o feito não ser apreciado a tempo, requer a concessão da segurança para **ANULAR TODOS OS ATOS** que infringiram a proibição geral do §1º do Art. 60 da Constituição, em especial no tocante a PEC 287/2016, retornando a tramitação legislativa ao *status quo ante* da data da propositura desta demanda.

- f) Promova as publicações e intimações exclusivamente em nome do Advogado DIEGO MONTEIRO CHERULLI, OAB/DF 37.905, OAB/ES 27.250 e OAB/GO 40.839-A, sob pena de nulidade.


Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2018.

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer
(Geraldo Vandré)



DIEGO MONTEIRO CHERULLI
OAB/DF 37.905 OAB/GO 40.839-A
OAB/ES 27.250



ÍCARO DE JESUS MAIA CAVALCANTI
OAB/DF 44.610




GUILHERME PFEIFER PORTANOVA
OAB/RS 51.998



ADRIANE BRAMANTE DE CASTRO LADENTHI
OAB/SP 125436

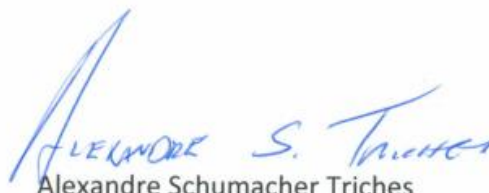
Patrícia Helena T. D. Santos
Patrícia Helena T. Domingos dos Santos
OAB/DF 28.202



João Domingos Gomes dos Santos Filho
OAB/DF 50.358



JOÃO ELIZEU LEITE JUNIOR
OAB/PE 29.167



ALEXANDRE S. TRICHES
Alexandre Schumacher Triches
OABRS nº 65.635

ANEXO I

Página inicial do Planalto. O primeiro vídeo fala sobre a importância da Intervenção Federal, o presidente Temer comenta que tirou o país da pior recessão da história e afirmou que a “manutenção da ordem foi o fundamento constitucional para a intervenção, tal como prescreve o artigo 34 da Constituição Federal”.

Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/>



Site do Planalto: Reportagem “Temer autoriza intervenção no Rio de Janeiro; confira o ponto a ponto do discurso”.






Publicado no 16/02/2018 às 15h47. Última modificação: 16/02/2018, 20h56.

Disponível em: <https://goo.gl/tZAwMu>

Reforma da Previdência

"Eu registro que ajustamos ontem à noite com uma participação muito expressiva do presidente Rodrigo Maia e do presidente Eunício Oliveira a continuidade da tramitação da reforma da Previdência, que é uma medida extremamente importante para o futuro do País. Quando ela estiver para ser votada, segundo avaliação das Casas Legislativas, eu farei cessar a intervenção."

Twitter Oficial do Planalto:

-  **Planalto** @planalto · 17 h
.@MichelTemer: Já foi combinado com o governador do Rio de Janeiro que, se a intervenção for cessada, ele irá manter toda a estrutura, inclusive o interventor.
3 4 14
-  **Planalto** @planalto · 17 h
.@MichelTemer: Será examinada a possibilidade de votar a reforma da Previdência. Se chegarmos à conclusão de que ela será aprovada, eu cesso a intervenção para que a reforma seja votada. Uma coisa não atrapalha a outra.
48 13 36
-  **Planalto** @planalto · 17 h
.@MichelTemer: Nós esperamos que dê certo essa medida mais significativa.
5 5
-  **Planalto** @planalto · 17 h
.@MichelTemer: É preciso ter plenos poderes. Com o interventor, temos poderes administrativos para reorganizar a polícia militar e civil. E, se necessário, chamar novos contingentes.
6 4 6
-  **Planalto** @planalto · 17 h
.@MichelTemer: A intervenção foi negociada com o governador no Rio de Janeiro. Ele até me agradeceu. Essa desordem que se estabeleceu lá pediu que tomássemos essa medida.
12 7 20



Disponível em: <https://twitter.com/planalto>

Twitter Oficial do Planalto: Vídeo mostra os exatos 50 segundos do discurso oficial do presidente quando cita a Reforma da Previdência e as medidas que tomará para que seja votada.

Disponível em: <https://twitter.com/i/moments/964557291293945857>



Planalto • @planalto • 22 h

🔄 62 ❤️ 120 ▼

.@MichelTemer: Quando a reforma da #Previdência estiver pronta para ser votada, vou cessar a intervenção.

Band News - O É da Coisa, com Reinaldo Azevedo: Presidente dá entrevista através do telefone ao apresentador Reinaldo Azevedo (início aos 12 minutos). Dos 18 aos 22 minutos do vídeo, o presidente fala sobre cessar a intervenção para que seja votada a Reforma da Previdência. Ele comenta que a intervenção não proíbe a discussão da emenda, somente a votação. “Ficou combinado que o Rodrigo Maia...nós todos vamos examinar...se chegarmos a mais de 308 votos, eu cesso a intervenção”. **O presidente afirma que já está tudo combinado com o governador do Rio de Janeiro caso seja cessada a intervenção, de forma a manter a estrutura montada pelo interventor.**

Publicado pela Rádio BandNews FM no dia 16/02/2018, às 18 horas. Disponível no Youtube: <https://goo.gl/oYdPht>



Página inicial da Câmara dos Deputados: Matéria principal aborda o reconhecimento de Rodrigo Maia que a intervenção dificulta a votação da Reforma da Previdência.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>

The screenshot shows the homepage of the Câmara dos Deputados website. At the top, there is a green navigation bar with the logo and the text 'CÂMARA DOS DEPUTADOS'. Below this, there is a search bar and a menu with options like 'Institucional', 'Deputados', 'Atividade Legislativa', 'Orçamento da União', 'Transparência', 'Comunicação', and 'Participação'. The main content area features several sections: 'Transmissões' (live sessions), 'Agenda' (calendar), and three search filters for 'Deputados Federais', 'Proposições', and 'Legislação'. A central news article titled 'Decreto sobre intervenção federal no Rio dificulta votação da reforma da Previdência, afirma Maia' is highlighted, accompanied by a photo of a soldier. To the right, there is a 'Últimas notícias' (latest news) sidebar with a list of recent events and a 'Mais notícias' (more news) button. At the bottom right, there are social media icons and buttons for 'Transmissões', 'Participação', and 'Transparência'.

Câmara dos Deputados: Reportagem “Decreto sobre intervenção federal no Rio dificulta votação da reforma da Previdência, afirma Maia”. Abaixo, segue uma cópia de parte da reportagem na qual é destacada (grifos próprios) a opinião do Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, sobre o desconforto de se votar a Reforma da Previdência após o mês de fevereiro.

Publicado em 16/02/2018, às 13h21. Disponível em: <https://goo.gl/UVxq9S>

Decreto sobre intervenção federal no Rio dificulta votação da reforma da Previdência, afirma Maia

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou nesta sexta-feira (16), em entrevista coletiva, que a votação da autorização ou não do decreto presidencial sobre intervenção federal na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro restringe o calendário de votação da reforma da Previdência (PEC 287/16). Maia lembrou que o decreto impede o Congresso de aprovar emendas constitucionais, como a da Previdência, cuja retomada de análise na Câmara estava prevista para a próxima segunda-feira (19). A Constituição Federal não pode ser emendada durante a decretação de estados de sítio, de defesa ou de intervenção federal.



J. Batista/Câmara dos Deputados

A Câmara deve votar o decreto na próxima segunda ou terça. Para Rodrigo Maia, fevereiro é a data-limite para a votação da reforma da Previdência

Ele informou que a Casa deve votar a autorização na segunda-feira (19) à noite ou na terça (20) pela manhã. Assim que for votado, o texto será encaminhado para votação pelos senadores.

Segundo Maia, ainda será analisado se durante a vigência do decreto a Câmara ficará impedida apenas de votar emendas constitucionais ou se não poderá nem mesmo discuti-las.

Mesmo assim, o presidente da Câmara não acredita que seja viável votar a reforma da Previdência após fevereiro. “O prazo-limite para análise da reforma da Previdência é este mês”. De acordo com o presidente, a previdência é uma pauta de fevereiro e vários parlamentares da base, mesmo favoráveis ao texto da reforma, se sentem desconfortáveis em começar a votação em março.

“Mesmo para aqueles que são a favor, não será um desconforto pequeno começar a votar a previdência em março. Começando no final de fevereiro, é outra coisa. Tem o ano eleitoral”, destacou. “Eu tenho convicção do que eu defendo em relação à Previdência, mas não são todos os deputados que vêm para o Congresso com uma pauta fiscal. Não posso exigir deles a mesma compreensão que eu e outros temos. E a sociedade ainda é majoritariamente contra a reforma da Previdência. O reflexo da opinião dos deputados é o reflexo do seu eleitor”, analisou o presidente.

Governadores

Maia informou ainda que está mantida uma reunião em Brasília na próxima segunda-feira (19) com governadores para debater assuntos fiscais. Segundo Maia, a agenda de redução das despesas do Estado brasileiro é permanente e vai continuar. “Vou votar o decreto, mas vou continuar articulando maioria para votar a reforma do Estado brasileiro”, disse o presidente.

O presidente negou que a edição e a votação do decreto de intervenção seja uma “cortina de fumaça” de uma eventual derrota do governo na votação da reforma.

“É um decreto de tamanha força, de tamanho risco, que eu tenho certeza que ninguém, nem o presidente, poderia colocar esse tema para retirar um outro tema. Uma decisão de intervenção em um estado brasileiro de forma nenhuma pode ser motivo para você tirar o outro assunto da pauta, isso não seria uma coisa responsável”, disse.

Página inicial do Portal do Senado:

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>

BRASIL Fale com o Senado

1 Ir para o conteúdo 2 Ir para o menu 3 Ir para o rodapé

SENADO FEDERAL

Busca

Institucional Senadores Atividade Legislativa Notícias Publicações Orçamento Transparência e-Cidadania

Presidência Ouvidoria Procuradoria da Mulher Observatório da Mulher IFI Carta de Serviços

Eunício garante celeridade na votação do decreto de intervenção no Rio de Janeiro

MP garante recursos para venezuelanos em Roraima, diz Jucá

Intervenção federal no Rio de Janeiro precisará passar pelo Legislativo

Grupo Brasil-Argentina debaterá criação de órgão de metrologia

OUTROS DESTAQUES

- 16/02/2018 - 15h14 - Comissões CDH discutirá políticas públicas de segurança no trânsito para ciclistas e pedestres
- 16/02/2018 - 08h43 - Projetos Brasil poderá ter uma Polícia Nacional de Fronteiras
- 15/02/2018 - 11h20 - Vídeo Agenda microeconômica ajuda a aumentar a produtividade, afirma diretor da IFI
- 16/02/2018 - 15h24 - Vídeo Mudança acelerada na estrutura demonstrativa 'atrasada'

Veja mais notícias

Agenda Legislativa Agenda do plenário, das comissões e demais eventos

Senado Notícias Cobertura completa das atividades legislativas do Senado Federal

TV Senado

Rádio Senado

Jornal do Senado

Presidência Agenda e notícias da Presidência do Senado Federal

Senado Federal Notícias: “Eunício garante celeridade na votação do decreto de intervenção no Rio de Janeiro”.

Publicado pela Redação, no dia 16/02/2018, às 18h16. Disponível em: <https://goo.gl/jNUjyh>

Segurança pública

A votação do decreto restringe o calendário de votação no Congresso. Isso porque a Constituição não pode ser emendada durante a decretação de estados de sítio, de defesa ou de intervenção federal. Essa restrição atinge, por exemplo, a discussão da reforma da Previdência (PEC 287/2016), na Câmara dos Deputados.

Eunício disse que o Congresso não estará “abrindo mão de suas prerrogativas”, caso não vote alguma PEC, pois essa restrição já está na própria Constituição. Ele garantiu, no entanto, que outras matérias seguirão seu curso normal de tramitação – em especial as que tratam de segurança pública.

— Aquilo que não for PEC vai ser votado, conforme o compromisso assumido na abertura do ano legislativo. A sociedade está aflita em relação à segurança pública. Algo precisa ser feito — declarou Eunício, que voltou a defender um sistema integrado de segurança pública no país.

Eunício lembrou que o governo poderá revogar o decreto de intervenção a qualquer momento, sem a necessidade de votação no Congresso. Se o governo decidir por uma nova intervenção, porém, o novo decreto terá de passar pelo crivo de deputados e senadores. Essa quebra na intervenção foi aventada pelo próprio presidente Temer como forma de permitir a votação de PECs, em especial a da reforma da Previdência.

UOL Economia: “Intervenção no RJ será revogada para votar Previdência e reeditada após votação, diz Jungman”. Jungman cita a possibilidade de decretar a GLO (Garantia da Lei e da Ordem) para que se possa votar a Reforma da Previdência.

Publicado por Lisandra Paraguassu, no dia 16/02/2018, às 14h51. Disponível em: <https://goo.gl/4RSwCm>

"No instante em que o presidente da Câmara e os líderes disseram que estão prontos, o presidente vai revogar o decreto de intervenção e em seguida vai decretar uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem) ampliada, em que ficamos com o comando", disse Jungmann.

A GLO permitiria então que as Forças Armadas sigam atuando no Rio até que uma nova intervenção seja decretada, depois de votada a reforma da Previdência.

O próprio **Temer defendeu o mecanismo** em sua declaração após a assinatura do decreto de intervenção.

"Eu registro que ajustamos ontem à noite, com uma participação muito expressiva do presidente (da Câmara dos Deputados) Rodrigo Maia e do presidente (do Senado) Eunício Oliveira, a continuidade da tramitação da reforma da Previdência, que é uma medida também extremamente importante para o futuro do país", disse Temer.

"Quando ela estiver para ser votada, e naturalmente isto segundo a avaliação das casas legislativas, eu farei cessar a intervenção. No instante que se verifique, segundo os critérios das casas legislativas, que há condições para a votação, reitero, eu farei cessar a intervenção."

ANEXO II
TRANSCRIÇÃO DOS DISCURSOS

Entrevista Band News com Reinaldo Azevedo

<https://www.youtube.com/watch?v=uWbcZIGgnbo&t=1295s>

18:00'

Reinaldo Azevedo: Presidente, tem uma crítica, ao meu juízo rasa, que tá sendo feita por aí, (eu tenho mania, Sr. Presidente, eu faço pergunta e já vou colocando a minha opinião no meio),

“Ah não! O Presidente tá fazendo intervenção porque ele percebeu que não ia ter nenhuma Reforma da Previdência, que ia ser difícil...então agora ele tá fazendo a intervenção”.

É, por que essa conversa mole?

O artigo 60 da Constituição, meu querido ouvinte, estabelece que quando há uma intervenção federal, não se pode emendar a Constituição. A Reforma da Previdência está sendo feita por emenda. Então eu pergunto ao presidente: primeiro queria que o senhor comentasse essa coisa, essa análise que me parece até engraçada, tragicamente jocosa de que a intervenção é só para tirar o negócio. E segundo, dá pra conciliar os interesses do país com os interesses do RJ? O que eu quero dizer...O país pode ficar paralisado no que diz respeito a possibilidade de emendar a constituição, por causa do RJ? O senhor pensou esta questão e como foi pensada?

19:08'

Presidente Temer: Olha, nos pensamos muito sobre isso. Ontem à noite ainda eu pedi a presença do presidente da Câmara, do Rodrigo Maia, e o do Senado, Eunício Oliveira. E foi uma das consultas que eu fiz exata e precisamente para decretar a intervenção.

Agora o combinado foi o seguinte, eles vão examinar, ao longo dessa semana e da outra semana lá, a possibilidade de votar a reforma da previdência. Se chegarem, e chegarmos todos, à conclusão de que tem os 308 votos necessários para aprovar a reforma da previdência, o quê que eu faço? Eu faço cessar a intervenção. E daí, naturalmente, se retoma a possibilidade de votação da emenda à constituição. Ao meu modo de ver até, como a constituição diz que ela não pode ser emendada durante a intervenção federal, não significa que ela não possa haver discussão. Porque emendar

a constituição significa colocar um dispositivo novo na constituição federal. Mas a discussão, as considerações a respeito disso podem ser feitas. O que não se pode é votar e depois colocar isso na constituição. Então volto a dizer: ficou combinado que o Rodrigo Maia, o presidente, vai examinar...nós todos vamos examinar. Se chegarmos a conclusão, isto é perfeitamente possível, né, de que você tem mais de 308 votos pra aprovar a emenda, eu cesso a intervenção. E daí vota-se com toda tranquilidade a matéria. Portanto, uma coisa não prejudica a outra, são duas coisas emergentes: a questão da reforma da previdência, fundamental para o país, e a questão do Rio de Janeiro, igualmente emergente, porque tem repercussão não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país. Então vamos considerar, conservar estes dois valores: de um lado a intervenção, do outro lado a possibilidade de continuar examinando. Porque existe também um temor, sabe, ô Reinaldo, de você deixe só a reforma da previdência, daqui a pouco já não vai dar pra pautar, porque não tem os 308 votos. Ora, com isto, a situação do Rio cada vez mais se agravando. Então nós fizemos este meio termo. Reitero, a intervenção no Rio de Janeiro, na segurança, e ao mesmo a continuação das discussões em torno da previdência para saber se temos os 308 votos. Havendo, volto a repetir, eu faço cessar a intervenção.

21:37

Reinaldo Azevedo: e só pra esclarecer, é...o Sr. pode fazer cessar a intervenção e, votado, pode-se decretar de novo a intervenção se necessário se mostrar, ou não?

21:48

Presidente Temer: Daí é preciso fazer um novo exame dessa matéria, porque também está combinado com o governador que, se eu cessar a intervenção em função da votação da previdência, ele mantém a estrutura que foi montada pelo interventor. E mantém toda estrutura e o próprio interventor. Então está combinadíssimo com o governador, não é? Então eu acho que nós encontramos a solução intermediária, muito útil para o RJ e para o país.

22:14 - fim do assunto

Discurso sobre a Intervenção Federal no Rio de Janeiro

https://www.youtube.com/watch?v=kUFTiY97w_4

02:08

Quero cumprimentar a todos, e naturalmente a todas, e dizer que nós faremos agora uma breve comunicação.

Os senhores sabem que o crime organizado quase tomou conta do estado do Rio de Janeiro. É uma metástase que se espalha pelo país e ameaça a tranquilidade do nosso povo. Por isso, acabamos de decretar nesse momento, a intervenção federal na área da Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Os Senhores sabem que eu tomo esta medida extrema porque as circunstâncias assim exigem. O governo dará respostas duras, firmes, e adotará todas as providencias necessárias para enfrentar e derrotar o crime organizado e as quadrilhas.

Não podemos aceitar, passivamente, a morte de inocentes e é intolerável que estejamos enterrando pais e mães de família, trabalhadores, policiais, jovens e crianças e vendo bairros inteiros situados, escolas, sob a mira de fuzis e avenidas transformadas em trincheiras. É o que se mais se alardeia, o que mais se divulga no presente momento. Por isso chega, basta! Nós não vamos aceitar que matem o nosso presente e que continuem a assassinar o nosso futuro.

A intervenção, registro a todos, foi construída em diálogo com o governador, Luiz Fernando Pezão. E eu comunico que nomeei interventor o Comandante Militar do Leste, General Walter Sousa Braga Netto, que terá poderes para restaurar a tranquilidade do povo. As polícias e as Forças Armadas estarão nas ruas, nas avenidas, nas comunidades e unidas combaterão, enfrentarão e vencerão, naturalmente, aqueles que sequestram do povo as nossas cidades.

Nossos presídios não serão mais escritórios de bandidos, nem nossas praças continuarão a ser salões de festa do crime organizado. Nossas estradas devem ser rota segura para motoristas honestos, nas vias, e nunca via de transporte de drogas ou roubo de cargas.

A desordem, sabemos todos, é a pior das guerras. Começamos uma batalha em que o nosso único caminho só pode ser o sucesso. E contamos, naturalmente, com todos os homens e mulheres de bem ao nosso lado, apoiando e sendo vigilantes nessa luta.

Eu registro que ajustamos ontem à noite, com uma participação muito expressiva do presidente Rodrigo Maia e do presidente Eunício Oliveira, a continuidade da tramitação da Reforma da Previdência, que é uma medida também extremamente importante para o futuro do país. Quando ela estiver para ser votada, e naturalmente isto, segundo avaliação das casas legislativas, eu farei cessar a intervenção. No instante que se verifique, segundo os critérios das Casas Legislativas, que há condições para a votação, reitero, eu farei cessar a intervenção.

O trabalho de segurança Federal no estado do Rio, com que naturalmente, eu volto a dizer, concordou o governador Pezão, será mantido sem alteração durante esse período.

Portanto, nós que já resgatamos o progresso do nosso País e retiramos, sabem todos, o país da pior recessão da sua história, nós agora vamos reestabelecer a ordem. Aliás, o fundamento para a intervenção está previsto no artigo 34 da Constituição Federal, que autoriza precisamente para manter a ordem pública. Que nós vamos com esse ato, portanto produzir, é manter a ordem pública nos termos Constitucionais. Estamos neste momento remetendo ainda hoje ao Congresso Nacional a intervenção tem vigência imediata, mas deve ser ao depois, apreciada pelo Congresso Nacional.

Era esta a comunicação que eu queria fazer. Sei tratar-se de uma medida extrema, mas muitas e muitas vezes, o Brasil está a demandar medidas extremas para pôr ordem nas coisas.

E terminando esta fala, eu quero convidar inicialmente o governador Pezão, para manifestar-se e sequencialmente o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia.

9:37

Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão

Boa tarde, meu caro Presidente Michel Temer, quero aqui saudar o Presidente Rodrigo Maia, saudar o Ministro Moreira Franco, Ministro Jungmann, General Etchegoyen, Ministro Torquato, Ministro Henrique Meirelles, o General Braga Netto. Agradecer, Presidente, por todo esse apoio que o senhor deu desde o primeiro momento quando pedimos a garantia da lei e da ordem. O Sr. sempre prontamente nos atendeu, nos enviou as Forças Armadas. Quero aqui saldar o deputado Darcísio Perondi.

Quero registrar que o RJ tem pressa e tem urgência. Nós, só com a polícia militar e a polícia civil, nós não estamos conseguindo deter a guerra entre facções no nosso Estado. E ainda com um componente grave que são as milícias.

O RJ, desde de quando deixou de ser a capital, eu particularmente acho que a gente deveria ter contado, como contamos hoje, com o apoio do SUS, dos hospitais federais no Rio, nós deveríamos ter uma forma de ter o apoio para a segurança pública. Tudo que está aqui saiu de dentro da cidade do Rio de Janeiro, esta perda de capital, o RJ paga um preço pela ocupação desordenada, muito forte. E, só a nossa área de segurança, a gente viu ao longo do tempo, não dá vazão ao crime organizado que existe no Rio. A briga de facções.

O RJ todo é cercado por Rodovias Federais, Santos, Dutra, Rio Petrópolis, Rio Teresópolis, Ponte Rio Niterói, Baía de Guanabara, Baía de Sepetiba, Angra dos Reis e Paraty, que é uma rota hoje internacional do tráfico. E só nós não contarmos com esse

auxílio das Forças Armadas, da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, da Polícia Federal e, principalmente, da Polícia Rodoviária Federal, que com reforço está fazendo já um trabalho extraordinário, está diminuindo o número de roubo de cargas, apreendendo. Só num dia no sábado em Paraty, Angra, foram 11 mil munições que a polícia rodoviária apreendeu. Se nós não contarmos com toda essa integração, com toda essa força, é impossível se combater a entrada de armas que temos hoje de armas, munições, de drogas.

Então, pra nós, Presidente, o Sr., sempre atendendo ao nosso apelo, aos nossos pedidos, quero aqui agradecer ao General Braga Netto, que se mostrou como Comandante do Leste sempre um parceiro e comandando toda as Forças Armadas. Um parceiro da nossa Segurança Pública. Quero aqui aproveitar e agradecer ao Secretário de Segurança Pública do Estado (hoje, nós nos reunimos; amanhã com toda a área de segurança), que é um policial federal que se dedicou num momento de crise do Estado, num momento de dificuldades do Estado, e todo esse trabalho dele.

Mas a gente precisa de uma força maior para momentos extremos, como o Sr. falou aqui, e nós estamos vivenciando este momento. Nós precisamos muito dessa integração. Quero aqui agradecer o trabalho do Presidente Rodrigo Maia, que sempre preocupado com a situação da segurança, me ligava, permanentemente, nos três dias de carnaval, me ligando, se colocando à disposição. O trabalho e o empenho dele para este momento, tanto do Ministro Jungmann como do Ministro Etchegoyen e do Ministro Moreira Franco. Por este apoio que nos foi dado a todo momento. Muito obrigado, obrigado Presidente. E que a gente consiga, com esta união de esforços, vencer a criminalidade e a bandidagem no RJ.

14:37

Presidente da Câmara, Rodrigo Maia

Bem, boa tarde a todos. Cumprimentando o presidente Michel Temer cumprimento a todas as autoridades presentes. Acredito que hoje é um dia certamente difícil para todos nós, cariocas e fluminenses. Chegamos a um ponto que tenho certeza que não foi a vontade do Governador, de nenhum de nós moradores do Rio, mas a situação é sem dúvida nenhuma requer atitudes mais contundentes.

A decisão do Pres. Michel Temer de assumir a responsabilidade da área de Segurança Pública no Rio de Janeiro integrado, claro, às forças de segurança do nosso Estado. É uma atitude, sem dúvida nenhuma, de coragem, e não tenho dúvida nenhuma que o trabalho dos Ministro da Área de Segurança, o Ministro Jungmann, o Ministro Torquato e Etchegoyen, tenho certeza que o mais importante para o sucesso dessa

decisão que o planejamento seja bem pensado, bem articulado, e que a execução das ações tenham efetividade.

Então, tenho certeza que essa é uma decisão, como eu disse, tenho certeza que nenhum carioca, nenhum fluminense gostaria de estar passando, mas tenho certeza que este seja o último caminho, a última oportunidade de recuperar o estado carioca, fluminense, do Rio, para a nossa população. Certamente serão dias, meses, difíceis, mas eu não tenho dúvida nenhuma que, através do comando do Comandante Militar do Leste, integrado com as forças do Estado, e com as forças militares, eu não tenho dúvida que o Rio vai poder superar este momento de dificuldade, aonde todos nós temos muita dificuldade, inclusive no ir e vir das nossas famílias, dos nossos filhos, dos nossos parentes.

Então, eu espero e tenho certeza que o planejamento, pensado pela equipe do governo federal, tenho certeza que ela terá êxito e tudo que depender do congresso nacional, falo também pelo presidente Eunício. Aliás, eu acredito, presidente Michel, que a intervenção nos impõe a necessidade que a agenda da segurança pública, que foi falada no início do ano legislativo, tanto por mim quanto pelo presidente do Senado, ela deveria ou deverá ter uma prioridade grande junto, claro, com a pauta de reformas das nossas despesas, como o senhor já falou, que todos nós apoiamos de forma muito contundente.

Acho que a gente precisa aprimorar a legislação de combate ao tráfico de drogas e de armas, leis mais duras, leis que de fato punam de forma efetiva o crime organizado no nosso país. A possibilidade da discussão do sistema integrado de segurança pública, para que de forma definitiva o governo federal possa assumir a coordenação da segurança pública, não apenas no RJ, mas em todo o Brasil, regulamentando o artigo 144 da Constituição e outros projetos que são demandados pela sociedade na área de segurança.

Acho que chegou a hora de um passo à frente além da intervenção. As leis precisam ser mais duras e o enfrentamento ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, que responde por 50% dos homicídios do nosso Brasil, precisa de fato de leis modernas e leis mais duras. Então, presidente, mais uma vez agradeço como carioca a sua decisão, parabéns pela a sua coragem, com a certeza que como deputado, como carioca, como presidente da câmara, o parlamento, tenho certeza, estará junto neste primeiro passo, e que depois outros passos virão, pra que a segurança, não apenas do Rio, mas de todo Brasil, esteja em patamares mais civilizados que os de hoje. Muito obrigado, uma boa tarde a todos.